

PERFIL — ANDRÉ MENDONÇA, do STF e do TSE

O ministro conservador no TSE

Ana Maria Campos

Anova composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é a esperança de bolsonaristas para um novo desfecho nos julgamentos envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro. A mudança teve início com a saída do ministro Alexandre de Moraes, que presidiu a corte em momentos decisivos nos últimos dois anos, e a posse, em 25 de junho, de André Mendonça como ministro efetivo do TSE. Ele vai atuar nas campanhas de 2024 e 2026.

O magistrado seguiu o caminho de Alexandre de Moraes, que foi ministro da Justiça da gestão de Michel Temer, e de Flávio Dino, que exerceu o mesmo cargo no governo do presidente Lula. Mendonça foi o chefe da Justiça no governo Bolsonaro que o nomeou para o Supremo Tribunal Federal (STF). Antes de chegar ao cargo em que sucedeu Sergio Moro, André Mendonça foi o ministro-chefe da Advocacia-geral da União (AGU), como o ministro Gilmar Mendes que exerceu o cargo no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nascido em Santos, André Luiz de Almeida Mendonça, 51 anos, chegou ao STF em meio à controvérsia, devido ao seu perfil conservador, como pastor presbiteriano, apontado como o ministro terrivelmente evangélico. Entre a indicação por Bolsonaro e a votação no plenário do Senado, André Mendonça esperou cinco meses. Nesse período, uma de suas principais aliadas foi a então-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que peregrinou entre senadores em busca de votos e orou em agradecimento quando o amigo teve o nome aprovado com 47 votos a favor, seis além do mínimo necessário, e 32 contrários.

Mendonça enfrentou pessoalmente o embate entre os bolsonaristas e seus opositores e teve de explicar sua posição religiosa. Na sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o ministro defendeu o Estado laico e disse que “na vida, a Bíblia; no Supremo, a Constituição”.

Com carreira no serviço público, André Mendonça é apontado como discreto. Ele é mestre e doutor em direito



“Responsabilidade que exercerei com bastante dedicação e afinco no exercício do juiz da Justiça Eleitoral, representando o STF nessa bancada e, ao mesmo tempo, com a responsabilidade de bem encaminhar o exercício sagrado do voto, da democracia e da livre vontade de manifestação dos eleitores”

(Cum Laude) com menção de doutorado internacional pela Universidade de Salamanca, na Espanha, onde atua como professor do Programa de Doutorado em Estado de Derecho y Gobernanza Global. Também foi pesquisador e professor visitante da Universidade de Stetson, nos Estados Unidos. É professor da graduação em Direito na Faculdade Presbiteriana Mackenzie de Brasília e de diversos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil.

Em quase dois anos de atuação no STF, proferiu alguns votos que seguem a cartilha bolsonarista. Sua posição, ao lado do ministro Nunes Marques, foi derrotada no plenário do STF que, em maioria, considerou obrigatória a cobrança de vacinação infantil contra covid-19, caso a imunização seja incluída no Plano Nacional de Vacinação. Mas, apesar de conservador, votou, por exemplo, a favor da licença-maternidade para a mãe não-gestante em união homoafetiva. A posição foi unânime no STF.

André Mendonça também seguiu os outros 10 ministros do STF em relação à decisão que afastou qualquer interpretação de que as Forças Armadas exerçam o poder moderador entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O entendimento foi fixado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6457, ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). A tese foi utilizada por bolsonaristas como argumento favorável a uma intervenção no resultado das eleições.

O ministro tem dito a pessoas próximas que não esperem dele um líder do governo Bolsonaro no TSE. Ele quer atuar com imparcialidade, sem ódio nem amores. Nas eleições de 2026, Mendonça será o vice-presidente da corte que deverá ser presidida pelo ministro Nunes Marques. São as duas nomeações de Bolsonaro.

Ao tomar posse no cargo de ministro efetivo do TSE, o ministro André Mendonça discursou: “Responsabilidade que exercerei com bastante dedicação e afinco no exercício do juiz da Justiça Eleitoral, representando o STF nessa bancada e, ao mesmo tempo, com a responsabilidade de bem encaminhar o exercício sagrado do voto, da democracia e da livre vontade de manifestação dos eleitores”.